

A . I. N° - 20086.0043/08-0
AUTUADO - JOSÉ ADAILTON ARAÚJO
AUTUANTE - NEWTON PEREIRA FIDELIS
ORIGEM - INFAZ IRECÊ
INTERNET - 21.05.2009

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0105-02/09

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS E LIVROS FISCAIS. FALTA DE EXIBIÇÃO AO FISCO. MULTA. Deixar de exibir livro ou documento, a funcionário fiscal, quando por este solicitado, sujeita o infrator à multa. Imputação não elidida. Retificado o seu valor. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 28/10/08, para exigir multa no valor de R\$920,00, por descumprimento de obrigação acessória, em virtude de o autuado ter deixado de apresentar livros e documentos fiscais, quando regularmente intimado.

O autuado apresenta defesa às fls. 22 e 23, alegando que efetuou a sua abertura em 11/10/2006 e pediu baixa em 23/04/2007 e que nunca fez nenhuma compra nem mandou confeccionar talão, e que informou essas alegações ao autuante quando foi intimado, porque se encontrava inscrito na condição de microempresa, estava desobrigada a apresentar qualquer documentação, e que só estaria obrigada a apresentar as notas fiscais de compras e os talonários de saídas documentos estes, segundo ele não poder apresentar face o disposto anteriormente.

Argumenta que o autuante aplicou duas penalidades fixas com duas datas de ocorrências separadas, uma no mês de agosto e outra no mês setembro. Diz que o Auto de Infração não contém em seu corpo a narração analítica e detalhada dos fatos que pudessem caracterizar individualmente a infração, entende que o autuante não poderia cobrar duas penalidades pelo mesmo ato.

Encerra sua defesa, pedindo que sejam acolhidas as preliminares levantadas e que se forem ultrapassadas, no mérito, espera que o Auto de Infração seja julgado improcedente. Acrescenta ainda que se houver dúvidas, que seja determinada a perícia fiscal por preposto fiscal estranho ao feito.

O autuante presta informação fiscal, às fls. 28 e 29, esclarecendo que inicialmente intimou o autuado por diversas vezes a apresentar tudo que é exigido em um procedimento de baixa.

Argumenta que até a última intimação, “a segunda”, nada foi apresentado. Alega que em não havendo atendimento pleno da segunda intimação, exigiu a multa de R\$920,00, dizendo ter feito em conformidade com o inciso XX, da Lei nº7.014/96, que transcreve, incluindo as suas alíneas “a”, “b” e “c”.

Expõe que gostaria que fosse revista a multa aplicada, porque segundo ele, em se tratando da segunda intimação, o valor seria de R\$1.380,00, sendo R\$460,00 da primeira intimação mais R\$920,00 da segunda.

Argui que as provas para tudo que argumentou são a relação do CFAMT e a PAIDF com validade até 2009.

Conclui dizendo que diante ao que fora apresentado opina pelo deferimento, salientando que foram juntados os documentos comprobatórios.

VOTO

O Auto de Infração trata da exigência de multa por descumprimento de obrigação acessória por ter deixado o contribuinte de apresentar livros e documentos fiscais quando regularmente intimado para efeito de pedido de baixa.

Pela análise do que fora esclarecido, e dos elementos juntados ao processo verifico que o autuado, inscrito junto ao estado na condição de microempresa, foi intimado por três vezes para apresentar ao fisco livros e documentos fiscais referentes ao período de 2006 a 2008 para realizar procedimento de baixa solicitada pelo sujeito passivo. Observo que nas intimações contém pedidos de livros e documentos fiscais atinentes à optante pelo SimBahia, e estando o contribuinte inscrito na qualidade de microempresa não exibiu os livros e documentos fiscais atinentes à sua condição, ficando patente o cometimento da infração imputada na peça vestibular.

Examinando os registros no sistema de controles da SEFAZ, relativos às informações fornecidas pelo próprio contribuinte, atinentes aos seus dados cadastrais e a pedido de documentos fiscais, verifica-se que o sujeito passivo solicitou sua inscrição com a opção de microempresa em 08/11/2006, permanecendo nesta condição até o encerramento da ação fiscal, assim como, pediu e obteve autorização para impressão de documentos fiscais – nota fiscal microempresa, no dia 21/06/2007, como não há nos autos comprovação de que não imprimiu o talão de notas fiscais, e tendo a posse do PAIDF regularmente deferido, assumiu ter feito a sua confecção. Portanto, não faz qualquer sentido, a alegação do sujeito passivo de que não atendeu a fiscalização porque não tinha talão de nota fiscal para exhibir.

Ressalto que a fiscalização será exercida sobre todas as pessoas físicas ou jurídicas que, de acordo com a legislação, sejam consideradas sujeitos passivos da obrigação tributária, sendo que essas pessoas não poderão deixar de exibir à fiscalização as mercadorias, os papéis, os livros e os documentos de sua escrituração, quando regularmente intimadas (art.934, §1º, do RICMS/97). Por outro lado, a falta de atendimento à fiscalização, implica multas por descumprimento de obrigação acessória, previstas na Lei 7.014/96, nos seguintes termos:

Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

XX - àquele que, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, deixar de prestar esclarecimento ou informação, de exibir livro ou documento, arquivo eletrônico ou similar (exceto os arquivos previstos no inciso XIII-A), ou de mostrar bem móvel ou imóvel, inclusive mercadoria, ou seu estabelecimento a funcionário fiscal, quando por este regularmente solicitado:

a) R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), pelo não atendimento do primeiro pedido;

b) R\$ 920,00 (novecentos e vinte reais), pelo não atendimento da intimação que lhe for feita posteriormente;

c) R\$ 1.380,00 (mil e trezentos e oitenta reais), pelo não atendimento de cada uma das intimações subseqüentes;

No presente caso, o autuado foi intimado para apresentar livros e documentos fiscais por três vezes, nos dias 28/04, 22/08 e 16/09/2007 e não atendeu as intimações, tendo o autuante aplicado a multa de R\$460,00 pelo não atendimento à primeira intimação e R\$460,00, pelo não atendimento à segunda.

Ressalto que está correto o procedimento do autuante quanto à exigência da multa por descumprimento da obrigação acessória, entretanto o valor a ser exigido nesta ação fiscal, é o de R\$460,00, atinente ao não atendimento à primeira intimação, previsto na alínea “a” do inciso XX, do art.42 da Lei 7.014/96, visto que em relação à segunda intimação deveria ter observado o disposto na alínea “b” do mencionado dispositivo legal e lançado o valor de R\$920,00, e não o fez.

Portanto, deve ser exigido do sujeito passivo o valor de R\$460,00, por ter deixado de exibir livro ou documento, a funcionário fiscal, quando por este solicitado.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração nº 20086.0043/08-0, lavrado contra **JOSÉ ADAILTON ARAÚJO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do valor total de **R\$460,00**, referente à multa por descumprimento de obrigação prevista no art. 42, inciso XX, alínea “a” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos moratórios de acordo com a Lei nº 9837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 7 de maio de 2009.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA - RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – JULGADOR